JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.471 – Brasília, sexta-feira, 6 de outubro de 2006

Geraldo Magela

Renan informa que senadores querem entendimento sobre pontos do Supersimples

Renan busca acordo para votações em Plenário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que tenta acordo com as lideranças partidárias para viabilizar votações no período que antecede o segundo turno das eleições para presidente e governadores. Os entendimentos serão feitos também com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para assegurar uma sessão do Congresso Nacional nesse período. Renan reiterou sua posição contrária às medidas provisórias e disse que 15 delas esperam deliberação no Senado. **Página 7**

José Cruz

Consultores do Senado e da Câmara discutem proposta com o deputado Colbert Martins (*C*)

Congresso quer transparência em dinheiro de convênios

Beneficiários de recursos de convênios feitos pelo governo federal com estados, prefeituras e entidades podem ter nomes, endereços e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) registrados em base de prestação de contas acessível pela internet. A medida é proposta pela Comissão Mista de Orçamento. **Página 7**

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Defesa de Serys convence relator

Paulo Octávio afirma que não há, até agora, nada no processo do Conselho de Ética que comprometa a senadora por Mato Grosso

Cálio Azevedo

Relator do processo contra Magno Malta, Demostenes (*2º à direita*) diz que ainda não tem elementos para formar juízo

As investigações relacionadas aos processos contra Magno Malta e Serys Slhessarenko avançaram ontem com novos depoimentos. O empresário Valcir José Piran confirmou a versão de que seria da família Vedoin um veículo emprestado a Malta. Mas as informações disponíveis ainda não permitem avaliar se o senador teve envolvimento com a máfia das ambulâncias, segundo o relator Demostenes Torres. Depois de apresentar sua defesa ao Conselho de Ética, Serys Slhessarenko recebeu avaliação positiva de Paulo Octávio. O relator observou que nenhum dos depoentes implicou diretamente a senadora no esquema de venda de ambulâncias a preços superfaturados. **Página 3**

Márcia Kalume

Ao lado de Romeu Tuma e Paulo Octávio, Serys Slhessarenko apresenta sua defesa ao Conselho de Ética do Senado

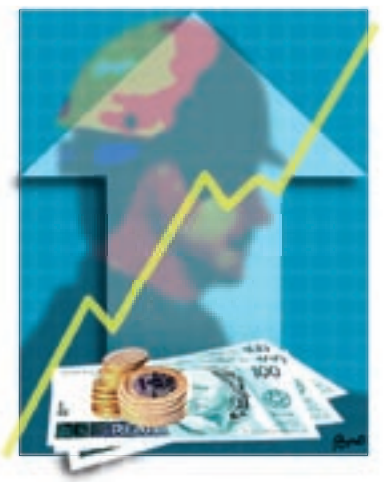
Referência para os valores pagos na economia, piso nacional de salários é cercado de tabus, como explica o relator da comissão do Congresso Nacional que estuda o tema

Comissão derruba mitos sobre o salário mínimo, afirma Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou, em Plenário, a aprovação por unanimidade do relatório final da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, que propõe reajuste anual do piso com recuperação da perda conforme a inflação, mais o dobro do crescimento do produto interno bruto (PIB).

Entre as principais conclusões da comissão destacadas por Paim estão a negação da necessidade da adoção de dois salários mínimos (um para os trabalhadores da ativa e outro para os aposentados), do mito do déficit da Previdência (existiriam fontes destinadas a suprir constitucionalmente as despesas com a seguridade social) e do tabu que dizia que o aumento do salário mínimo causaria inflação e inibiria o crescimento.

O senador lembrou que nos últimos anos o mínimo teve, em média, um crescimento real acima do dobro do PIB. Ele destacou ainda que a inflação, a taxa de juros e o risco Brasil despencaram, e foram



gerados 6 milhões de empregos com carteira assinada e nenhuma prefeitura do país quebrou.

Paulo Paim acrescentou que o salário mínimo é uma forma de distribuir renda, mesmo se for considerado o elevado índice de informalidade existente no país. Isso se deve, explicou o parlamentar, ao chamado "efeito farol", ou seja, o salário mínimo funciona como uma referência para os valores pagos ao trabalhador, mesmo que esse não tenha carteira de trabalho assinada.

– Pudemos perceber, claramente, que os efeitos do salário mínimo sobre a economia são positivos. Ele é uma baliza para os demais salários. Tanto é assim que seu impacto atinge salários muito superiores – comentou.

Avanços

O relatório do senador do Rio Grande do Sul aprovado pela comissão propõe o reajuste do benefício do aposentado e do pensionista pelo mesmo índice que for concedido ao reajuste do salário mínimo. Também sugere a criação de mecanismos para incorporação do trabalhador informal à seguridade social.

O texto aponta ainda, segundo o relator, para a urgência de se eliminar o chamado fator previdenciário, instrumento que usa a expectativa de vida para cálculo do benefício e reduz a aposentadoria das mulheres em mais de 40% e a dos homens em mais de 35%.

Célio Azevedo

Ao lado de Tuma (*E*), Paim apresenta requerimento para realização do debate na CDH

Direitos das pessoas com deficiência serão debatidos em audiência pública

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para realização de audiência pública destinada a analisar propostas contidas na Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiência e o projeto de lei que institui o Estatuto dos Portadores de Deficiência. A audiência deve ocorrer no dia 8 de novembro, a partir das 10h.

Segundo Paim, a audiência destina-se a adequar o projeto (PLS 6/03) aos termos consagrados pela convenção internacional, o primeiro tratado sobre direitos humanos aprovado neste século pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador explicou que a convenção, aprovada em agosto por 192 países membros da ONU, determina que os governos signatários do tratado adotem medidas específicas em favor das pessoas com deficiência, a fim de melhorar seu acesso à educação, ao emprego, à informação e a sistemas de saúde adequados, bem como garantir-lhes mobilidade sem obstáculos físicos ou sociais.

Para o parlamentar gaúcho, como a proposta do Estatuto do Portador de Deficiência encontra-se atualmente em tramitação no Senado, é oportuno debater seus dispositivos à luz do que propõe o tratado internacional. Paulo Paim lembrou que o estatuto beneficiará 24,5 milhões de brasileiros.

Renan elogia livro sobre a vida de políticos brasileiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou, na noite de quarta-feira, do lançamento do livro *Políticos do Brasil*, do jornalista Fernando Rodrigues, colunista da *Folha de S. Paulo*. Na fila de autógrafos, junto com os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Renan elogiou a iniciativa da obra, a mais vasta pesquisa sobre a vida de 1.871 políticos brasileiros.

O lançamento foi realizado na livraria Fnac, onde Renan Calheiros conversou com jornalistas e políticos. O livro de Fernando Rodrigues traz números inéditos, coletados em 3.570 registros, sobre o patrimônio declarado de candidatos vencedores nas eleições de 1998 e 2002.

Com 424 páginas, a obra apresenta uma análise inédita da atividade política no Brasil e das pessoas que a exercem. Um dos propósitos do livro é ajudar o brasileiro a entender quem são e o que possuem os homens e as mulheres que comandam o país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

Plenário realiza sessão não-deliberativa

A partir das 9h, o Plenário realiza sessão não-deliberativa, ou seja, destinada a pronunciamentos dos senadores e a avisos da Mesa, sem a votação de matérias. A agenda de votações será retomada na terça-feira, quando poderá ser examinado o projeto que institui o Supersimples (PLC 100/06).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Romeu Tuma, Roberto Cavalcanti e Mão Santa

Demostenes considera depoimento de Piran desfavorável a Malta. Para Paulo Octávio, permanecem obscuras relações entre Planam e genro de Serys

Depoente afirma que o carro emprestado a Malta era de Vedoin

Depoimento prestado ontem no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre o processo disciplinar contra o senador Magno Malta (PL-ES) confirma versão de que a família Vedoin seria proprietária de um carro que foi utilizado pelo senador. O empresário Valcir José Piran, dono de uma *factoring*, afirmou ao relator do processo, senador Demostenes Torres (PFL-GO), que sua empresa teria comprado um Fiat Ducato do deputado Lino Rossi (PP-MT) e revendido à família Vedoin – e não a Rossi, como alega o próprio deputado.

Piran explicou que, antes de repassar o carro a Vedoin, vendeu-o a José Luiz Cardoso e depois o recomprou novamente, para só depois transferir a *van* a Vedoin. No entanto, o carro continuou por mais de um ano em nome de Cardoso, mesmo quando estava sendo utilizado por Malta.

Para Demostenes Torres, o depoimento de Valcir Piran "bateu" com o de Vedoin e desmentiu a versão de Rossi.

– O que pesa a favor de Malta é o fato de ele não ter apresentado emendas – afirmou o relator.

Em sua defesa, Malta afirma que a *van* que utilizou por mais de um ano teria sido um empréstimo pessoal de Rossi. Segundo a família Vedoin, o deputado era o intermediário no Congresso dos empresários envolvidos no esquema de fraude.

Ao ter acesso à cópia de um cheque de R$ 50 mil que Vedoin afirma ter dado em pagamento pelo carro, Piran se comprometeu a verificar sua conta para confirmar o depósito daquele valor.

Outro depoente, Wylerson Moreira da Costa, assessor de Lino Rossi, confirmou que o carro era do deputado e que teria sido emprestado a Magno Malta, que, posteriormente, o teria devolvido ao deputado.

Célio Azevedo

Demostenes (*D*) afirma que está fazendo de tudo para esclarecer denúncias contra Malta

Demostenes lembra que é cedo para acusar ou inocentar senador

O Conselho de Ética ainda não tem condições de avaliar se o Magno Malta participou ou não da chamada máfia das ambulâncias, informou Demostenes Torres, relator do processo disciplinar contra o senador. Demostenes destacou, entretanto, que os depoimentos de ontem "reforçam" a versão de que o veículo entregue a Magno Malta era de propriedade da Planam, empresa da família Vedoin.

Os depoentes foram Wylerson Moreira da Costa, assessor do deputado Lino Rossi, e Valcir José Piran, que diz ter comprado um veículo Fiat Ducato de Rossi e depois repassado a Vedoin. O deputado Walter Pinheiro (PT-BA), testemunha de defesa arrolada por Malta, não compareceu. Valdir Agostinho Piran, irmão de Valcir, convidado a depor, também não compareceu, e alegou que não havia nada a esclarecer além do que já disse no depoimento de 20 de setembro.

Demostenes deixou claro que, como relator, está "fazendo de tudo, ampliando as investigações e indo atrás de todos os detalhes", na tentativa de esclarecer as denúncias que pesam sobre Malta. Para o relator, o fulcro da questão é saber se a família Vedoin doou ou não o veículo ao senador.

Em depoimento à CPI dos Sanguessugas, Lino Rossi declarou que o Fiat Ducato era de sua propriedade e que emprestou o carro a Magno Malta para o transporte de músicos de uma banda gospel do senador.

Serys apresenta defesa e relator diz não ver nada que a incrimine

Depois de apresentar, ontem, sua defesa perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) recebeu mais uma vez avaliação positiva da parte do relator do processo que corre contra ela por suposto envolvimento com a máfia dos sanguessugas. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que nada até agora foi dito ou apresentado que comprometa a parlamentar mato-grossense.

O relator observou que nem os donos da Planam, a principal empresa do esquema dos sanguessugas, nem os assessores parlamentares de Serys ou o genro dela, Paulo Roberto Ribeiro, mencionaram qualquer coisa diretamente contra a senadora – seja o recebimento de propina, seja uma ordem para a formulação de emenda parlamentar com vistas a beneficiar a empresa.

Já as relações entre Paulo Roberto e Luiz Antônio Vedoin, sócio-proprietário da Planam, e seu pai, Darci Vedoin, continuam obscuras, na opinião de Paulo Octávio. Os Vedoin afirmam ter pago R$ 35 mil em dinheiro a Paulo Roberto, como propina por emendas parlamentares – nunca tratadas diretamente com a senadora. O genro de Serys, que é dono de uma empresa de representações, diz ter recebido um cheque no valor de R$ 37 mil como pagamento de material hospitalar fornecido à Planam.

Márcia Kalume

No Conselho de Ética: Paulo Octávio (*D*), Romeu Tuma, corregedor do Senado, e Serys

– Há muitas mentiras e contradições, e isso só vai se resolver com a quebra de sigilos bancários e o rastreamento desse cheque – assinalou o relator.

Conforme Paulo Octávio, a senadora agiu prontamente ao afastar de seu gabinete um assessor parlamentar voltado para a área de orçamento, o funcionário de carreira do Senado João Policena Rosa Neto. Responsável pela elaboração de emendas, ele mantinha contatos com os Vedoin.

Em sua defesa, Serys garantiu não conhecer os donos da Planam e não manter nenhuma relação com a empresa. Segundo ela, seu nome foi injustamente citado no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas em virtude de uma menção indireta de Luiz Antônio Vedoin, mas sem a apresentação de prova. Ela disse suspeitar de que se trata de manobra eleitoral, já que se candidatou ao governo de Mato Grosso, em cuja capital, Cuiabá, a Planam está sediada.

– Minha vida e minha carreira política foram construídas com honra. Por mim me responsabilizo, mas não posso me responsabilizar por ninguém que esteja ou tenha estado à minha volta – afirmou. Ela disse acreditar que o genro não tenha tido nenhuma relação não-comercial com a Planam.

CPI acompanha em Cuiabá investigação sobre dossiê

O senador Amir Lando (PMDB-RO), relator da CPI dos Sanguessugas, deverá integrar a comitiva de parlamentares que irão a Cuiabá, no domingo, para acompanhar as investigações relacionadas ao dossiê que envolveria parlamentares do PSDB com a máfia das ambulâncias. A informação é do relator de Sistematização do colegiado, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que participou ontem de reunião técnica com assessores e integrantes da comissão, entre eles o vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann (PPS-PE).

Carlos Sampaio também fará parte da comitiva, além dos deputados Júlio Delgado (PSB-MG), Paulo Delgado (PT-MG), Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo Sampaio, às 9h30 de segunda-feira, os parlamentares deverão encontrar-se com o delegado da Polícia Federal (PF) Diógenes Curado, que investiga a compra do dossiê, o qual seria comercializado por R$ 1,7 milhão. O dinheiro foi apreendido pela PF em poder de pessoas ligadas ao PT.

De acordo com Sampaio, os parlamentares também tentarão encontrar-se com o juiz federal de Mato Grosso Jefferson Schneider, que no mês passado tomou o depoimento do empresário Luiz Antônio Vedoin, proprietário da empresa Planam, acusada de ter negociado a venda de ambulâncias a preços superfaturados, a partir de emendas parlamentares apresentadas ao Orçamento da União.

José Cruz

Jungmann (*D*) e Carlos Sampaio (*E*) em reunião com assessores da CPI dos Sanguessugas

Senador requer homenagem pelo aniversário da Carta de 1988 e propõe análise crítica sobre os pontos do documento que necessitam ser revistos

Marco Maciel comemora os 18 anos da "Constituição Cidadã"

Marco Maciel (PFL-PE) comemorou ontem a passagem do 18º aniversário da atual Constituição federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. O senador aproveitou para apresentar requerimento à Mesa do Senado com o objetivo de homenagear o aniversário da oitava Constituição brasileira, batizada por Ulysses Guimarães de "Constituição Cidadã".

Da tribuna, Maciel propôs uma reflexão sobre o que significou para o país a Constituição de 88 e defendeu uma análise crítica sobre os pontos do documento que necessitam ser reexaminados.

O senador fez um resgate histórico, comentando todas as constituições brasileiras, desde a primeira, outorgada por dom Pedro I em 1824, e que vigorou por 65 anos. A segunda, lembrou Maciel, foi elaborada após a Proclamação da República (1889) e

Marco Maciel sugere reflexão sobre o significado da Constituição

entrou em vigor em 1891. Após a Revolução de 30, continuou o senador, uma Assembléia Nacional Constituinte elaborou a Constituição de 1934 e elegeu indiretamente Getúlio Vargas como presidente da República. Mas seria o próprio Vargas que revogaria a Constituição.

– Revogou-a em 1937, num ato autoritário, e baixou uma nova Constituição, chamada "polaca", que vigorou de 1937 a 1945.

Em 1945, continuou Maciel, surgiu no país o movimento de redemocratização, que culminou com a Constituição de 1946, que vigorou até 1967. Sob a presidência de Castello Branco, os militares elaboraram a Constituição de 1967, "com as limitações no campo democrático que todos já conhecemos". Já em 1969, a junta militar baixou a Emenda Constitucional nº 1, que alterou tanto a Constituição de 67 que Maciel a considera como a sétima Constituição brasileira.

As diretrizes dessa Constituição de 69 perduraram até 1978, quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 11, um passo importante no sentido da restauração democrática, seguida pela Constituição de 1988, disse Maciel.

Tião Viana credita sua eleição ao projeto do PT no estado do Acre

Tião Viana (PT-AC) agradeceu ontem a generosidade dos eleitores acreanos e "a votação maravilhosa" que lhe deram, reconduzindo-o ao Senado por mais um mandato de oito anos com 88% dos votos. Para Viana, a votação também representou um voto de confiança no trabalho desenvolvido por seu irmão, o governador Jorge Viana.

Tião Viana creditou sua eleição ao projeto político que o PT do Acre mantém por 16 anos, tendo à frente o governador Jorge Viana, que comandou a prefeitura de Rio Branco por quatro anos, o governo estadual por mais oito anos e, em janeiro, o entrega a outro petista, Binho Marques.

O senador assinalou que o Acre cresceu 20% ao ano e implantou políticas sociais voltadas para diminuir a desigualdade. Ele disse que a atual situação do estado é fruto de "um processo de humildade constante e de aprendizagem".

– Hoje, o Acre é o único estado brasileiro que tem universidade pública em todos os municípios; hospitais da família em todos os municípios; serviço público aus-

Fotos: Roosewelt Pinheiro

Tião Viana foi reeleito com 88% dos votos, melhor resultado proporcional no país

tero e eficiente – avaliou.

Em apartes, vários senadores cumprimentaram Viana. Mão Santa (PMDB-PI) observou que Tião Viana pauta sua vida pública pela ética. Fátima Cleide (PT-RO) lembrou suas ligações com o Acre. Para Maguito Vilela (PMDB-GO), o povo do Acre fez justiça ao reeleger Tião Viana.

Sibá Machado (PT-AC) disse que a votação obtida foi suprapartidária. Marcos Guerra (PSDB-ES) parabenizou os acreanos por darem vitória a Geraldo Alckmin no primeiro turno. Romeu Tuma (PFL-SP) frisou que as grandes qualidades de Tião Viana são o respeito pelos outros, o carinho e a dedicação ao trabalho.

Renan defende fortalecimento das instituições

Logo após o pronunciamento de Marco Maciel ressaltando a importância das instituições representativas para viabilizar o crescimento do país, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou a idéia de que o caminho para o Brasil está no aperfeiçoamento de suas instituições.

– O aperfeiçoamento institucional para o Brasil é nosso único caminho para viabilizar a governabilidade, a segurança jurídica, a cidadania, a inclusão social, a cidadania e a redução das desigualdades – afirmou, em concordância com Maciel.

Para o presidente do Senado, nos dois últimos anos em que o país conviveu com uma crise política, os Poderes da República se equivocaram ao não formatar uma agenda positiva para o país acima de interesses partidários.

– Tivemos dois anos de crise política. Neles, tivemos um ano com a agenda mais ou menos conhecida e depois não tivemos nada como objetivo que pudesse servir de convergência para todos os partidos – disse.

Maguito diz que vai para segundo turno com "a cabeça erguida"

Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ontem que vai disputar o segundo turno das eleições para governador de Goiás "com humildade e cabeça erguida" e que vai lutar para que o presidente Lula aumente sua votação no estado. Maguito, apoiado pelo PT, enfrentará no dia 29 o atual governador, Alcides Rodrigues (PP), que tem o apoio do PSDB.

– Entendo que o povo de Goiás não estava convencido sobre os programas dos candidatos e, por isso, quer agora este mês para examinar nossas propostas – sustentou Maguito Vilela.

Ele reassumiu seu mandato de senador nesta semana, depois de alguns meses de campanha, quando o posto foi ocupado pela suplente Iris de Araújo (PMDB). Iris foi eleita deputada federal com a maior votação no estado.

Maguito Vilela assinalou ter-se impressionado durante a campanha eleitoral com o descaso dos governos estadual e federal com as cidades goianas do Entorno do Distrito Federal. Disse que, se eleito, vai executar programas de saúde, saneamento básico e asfaltamento nessas áreas.

Maguito recebeu apoio dos se-

Maguito aponta descaso de governos com o Entorno do Distrito Federal

nadores petistas Eduardo Suplicy (SP), Fátima Cleide (RO) e Sibá Machado (AC).

O senador lamentou o acidente com o Boeing da Gol e citou os nomes dos dez goianos mortos. Ele frisou ter-se encontrado recentemente com um deles, Salustiano Rocha, da cidade de Luziânia.

Fátima Cleide agradece votos na disputa pelo governo de Rondônia

Ao discursar em Plenário, Fátima Cleide (PT-RO) agradeceu ontem os votos que obteve como candidata ao governo do estado de Rondônia – mais de 185 mil, ou 25,9% dos votos válidos. A eleição foi vencida em primeiro turno pelo atual governador, Ivo Cassol (PPS).

Na interpretação da senadora, a expressiva votação que obteve demonstra que grande parte da população de Rondônia acreditou nas propostas da coligação PT-PSC-PRTB-PCdoB, como o "desenvolvimento responsável e sem desperdício dos recursos naturais". A coligação, informou a senadora, propôs "mudar a realidade social" de Rondônia, "um estado rico com o povo pobre".

Fátima Cleide assinalou que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) constatou que 75% dos lares de Rondônia têm renda familiar de, no máximo, dois salários mínimos. A senadora sugeriu à população rondoniense que fiscalize a gestão do governador reeleito e cobre geração de emprego e renda, além do "atendimento digno na saúde e o fim da violência".

Fátima Cleide: "Serei vigilante, implacável com o governo reeleito"

– É isto que farei nas trincheiras da tribuna do Senado Federal. Serei vigilante, implacável com o governo reeleito. É minha obrigação e dever, principalmente com aqueles que confiaram essa responsabilidade à minha pessoa.

A senadora aproveitou para festejar as vitórias dos petistas Marcelo Déda (SE), Wellington Dias (PI), Jaques Wagner (BA) e Binho Marques (AC), governadores eleitos no primeiro turno das eleições. Fátima Cleide também disse estar confiante nas vitórias da senadora Ana Júlia Carepa, no Pará; de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul; e da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno.

Senadores opinam sobre candidatos à Presidência da República. Campanha feita por Heloísa e Cristovam é elogiada por Mão Santa e Raupp cobra gasoduto em RO

José Agripino cobra investigação ágil no caso do dossiê

"Talvez estejam tentando evitar que descubram que Lula é conivente com a improbidade e com a impunidade e que ele, se não rouba, deixa roubar." A suspeita foi levantada pelo senador José Agripino (PFL-RN), em discurso ontem, no Plenário, no qual cobrou celeridade na investigação do caso do dossiê e criticou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, por ter declarado à imprensa que a investigação somente seria concluída após o segundo turno da eleição presidencial.

– O ministro da Justiça, o comandante da Polícia Federal, o homem responsável pela investigação, Márcio Thomaz Bastos, teria dito que a apuração dos fatos só acabará antes da eleição se alguém contar a verdade espontaneamente. Não é nem em 30 nem em 60 dias, mas depois de passado o segundo turno – afirmou Agripino.

Agripino condena declarações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos

Para o senador, a Polícia Federal, sob as ordens de Márcio Thomaz Bastos, e o Banco Central agiram de forma rápida no episódio da quebra do sigilo do caseiro Francenildo Costa. Tal agilidade não estaria sendo repetida agora no caso da tentativa de compra, por petistas, do dossiê contra candidatos do PSDB, entre eles José Serra, que venceu a eleição para governador de São Paulo.

José Agripino foi aparteado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Almeida Lima (PMDB-SE), Sibá Machado (PT-AC) e Marcos Guerra (PSDB-ES).

Fotos: Roosewelt Pinheiro

Motta critica morosidade da Justiça para julgar casos oriundos de CPIs

Motta cita Jabor para conclamar eleitor a votar em Alckmin

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) pediu, ontem, à população para votar no candidato das oposições à Presidência da República, Geraldo Alckmin. Para reforçar seu pedido aos eleitores de todo o país, Motta leu trechos do artigo "A verdade está na cara, mas não se impõe", do jornalista Arnaldo Jabor, publicado no jornal *O Globo* do dia 25 de abril de 2006.

No texto, Jabor demonstra indignação com a omissão do presidente Lula em relação aos crimes de corrupção supostamente praticados por integrantes do PT e do seu governo, que foram apurados em comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Segundo o senador, Jabor expressou de forma sucinta um quadro de decadência política que só pode ser revertido pela força do voto.

"O que foi que nos aconteceu? No Brasil, estamos diante de acontecimentos inexplicáveis, ou melhor, 'explicáveis' demais. Toda a verdade já foi descoberta, todos os crimes provados, todas as mentiras percebidas. Tudo já aconteceu e nada acontece", observou o senador.

Motta criticou também a Justiça pela morosidade no exame dos processos contra denunciados pelo procurador-geral da República, Antonio Fernandes de Souza, no caso da CPI dos Correios e agora, mais recentemente, da CPI dos Sanguessugas, que examina o envolvimento de cerca de 72 parlamentares com fraudes na compra de ambulâncias por prefeituras.

– Os fatos reais: com a eleição de Lula, uma quadrilha se enfiou no governo e desviou bilhões de dinheiro público para tomar o Estado e ficar no poder 20 anos. Os culpados são todos conhecidos, tudo está decifrado – disse o senador, ao afirmar ainda que a reeleição é nociva à democracia.

Para Sibá Machado, Geraldo Alckmin é um "pote vazio"

O senador Sibá Machado (PT-AC) declarou, ontem, em pronunciamento no Plenário, que o candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, precisa usar o segundo turno da campanha eleitoral para dizer ao país a que veio, ao invés de usar "palavras vãs e sem sentido".

– Alckmin diz que vai fazer um "choque de gestão", mas não explica o que isso quer dizer. Não se sabe o que ele propõe para o Brasil – criticou.

Sibá mencionou texto do sociólogo Emir Sader, no qual este afirma estar em jogo, no segundo turno, sobretudo "a inserção internacional do Brasil, com conseqüências diretas para o destino e o futuro do país". Sader acredita que, "com Lula, se manterá a política que privilegia a integração regional e as alianças Sul/Sul, que se opõem à Alca [Área de Livre Comércio das Américas], em favor do Mercosul. Com Alckmin, se privilegiariam as políticas de livre comércio: Alca e Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, com conseqüente isolamento da Alba [Alternativa Bolivariana para a América], enfraquecimento do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana."

"Alckmin precisa usar o segundo turno para dizer a que veio", provoca Sibá

Para o senador, a aliança PSDB-PFL representa uma "retomada liberal". Ele chamou a atenção para a responsabilidade do Estado com o conjunto da sociedade.

– Nem tudo se resolve a partir dos interesses do mercado, mas Alckmin não está discutindo isso – observou o senador.

Valdir Raupp pede construção do gasoduto Urucu-Porto Velho

Ao agradecer os votos que o seu partido recebeu em Rondônia na eleição de domingo, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que não apenas ele, no Senado, mas também os dois deputados federais eleitos pelo partido cobrarão do próximo presidente investimentos para a região Norte do país, especialmente para seu estado. Uma das principais obras que a bancada federal trabalhará para ver executada, enumerou, é a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

– Essa obra, que é fundamental para Rondônia, já está com a licença ambiental aprovada e o projeto concluído. Quando o gasoduto estiver finalizado, Rondônia deixará de queimar 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia e passará a dispor de uma energia mais limpa e barata – disse Raupp.

O senador, que é presidente do PMDB em Rondônia, acrescentou que também está na pauta de reivindicações da bancada federal do estado a implantação das usinas hidrelétricas dos rios Madeira, Santo Antonio e Jirau, em Rondônia, e de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Raupp alertou que, se essas obras não forem executadas, o Brasil poderá sofrer um "apagão mais brutal" que o registrado em 2001.

Implantação de usinas hidrelétricas também é reivindicada, afirma Raupp

Presidindo a sessão no momento do discurso de Raupp, Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a atuação do PMDB de Rondônia.

Mão Santa elogia campanha de Heloísa Helena e Cristovam

O senador Mão Santa (PMDB-PI), em discurso no Plenário feito ontem, elogiou a campanha à Presidência da República dos senadores Heloísa Helena (PSOL-AL) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele ressaltou que ambos contribuíram para evitar que o presidente Lula vencesse as eleições no primeiro turno.

– O Senado salvou a democracia; não fossem Heloísa Helena e Cristovam Buarque, estava acabada a esperança de democracia – afirmou Mão Santa, acrescentando que o PT, partido do presidente Lula, tem se comportado como organização criminosa, ao aliar-se aos mais perversos poderes econômicos.

O senador insistiu na necessidade de alternância no poder e elogiou o candidato à Presidência Geraldo Alckmin, dizendo que ele está preparado para exercer o cargo, por ter experimentado a "hierarquia do poder" como vereador, prefeito, deputado estadual e federal, vice-governador e governador.

Mão Santa: senadores contribuíram para evitar que Lula vencesse no primeiro turno

Mão Santa lembrou o governador de São Paulo, Mário Covas – morto em 2001 em decorrência de um câncer –, ressaltando sua capacidade de articulação política. Na avaliação do senador, capacidade essa maior que a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Justificou, com isso, sua opção por Alckmin, vice-governador de Covas, a quem sucedeu no comando do estado.

Senadores eleitos no último domingo anunciam suas prioridades no Congresso. Reeleito por São Paulo, Suplicy destaca compromissos da atuação parlamentar

Congresso deve priorizar reforma política, diz Jarbas Vasconcelos

Depois de conquistar o voto de 2.031.261 eleitores (56,14% dos votos válidos) no pleito do último domingo, o senador eleito por Pernambuco Jarbas Vasconcelos (PMDB) deve assumir seu mandato, em fevereiro de 2007, empunhando a bandeira da reforma política como "a mãe de todas as reformas". Em entrevista à Agência Senado, ele adverte que, se o Congresso não se dispuser a aperfeiçoar a legislação eleitoral no início da próxima legislatura, haverá risco de perda de rumo na atuação do Legislativo federal.

– Não dá para o Congresso funcionar na base do "toma lá, dá cá" – afirmou.

Apesar do desgaste sofrido pela classe política, o peemedebista mostra-se confiante em que cada parlamentar eleito ou reeleito estará empenhado em resgatar, com trabalho e iniciativa, a imagem do Congresso. Observou ainda que

Cálio Azevedo

Para Jarbas Vasconcelos, Legislativo não pode funcionar na base do "toma lá, dá cá"

a população está atenta à nova composição do Congresso e que a atuação da mídia foi fundamental para divulgar eventuais desmandos no Legislativo.

Na sua opinião, a retomada da discussão sobre a reforma política deve passar, necessariamente, pela adoção do financiamento público de campanha e defesa da fidelidade partidária. Jarbas também considera importante inserir nesse debate o voto distrital e a manutenção dos atuais parâmetros da cláusula de barreira, que impede representação na Câmara ao partido que não alcançar votação mínima exigida pela Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95).

Quanto às demandas de Pernambuco, Jarbas chamou atenção para o desnível em relação a estados do Centro-Sul do país e se disse disposto a unir forças com os senadores pernambucanos Marco Maciel (PFL) e Sérgio Guerra (PSDB) em defesa dos interesses do estado.

Essa não foi a primeira disputa de Jarbas ao Senado. Em 1978, candidatou-se pelo então MDB e enfrentou dois adversários da Arena, Cid Sampaio e Nilo Coelho, que concorriam pela sublegenda. Embora tenha recebido 48,6% dos votos à época, seus oponentes ganharam a eleição ao obter 38 mil votos a mais.

Eliseu Resende quer mudanças nos sistemas tributário, político e fiscal

Eliseu Resende (PFL), eleito para representar o estado de Minas Gerais no Senado, tem, entre suas principais bandeiras, as reformas tributária, política e fiscal. Embora considere fundamental uma reforma partidária, observa que esta deve ser "consensual, com regras para serem cumpridas, e não postergadas", visando a um "amadurecimento da classe política".

Eliseu destaca a importância de Minas Gerais no contexto da Federação, afirmando que o estado "é espelho para o país".

– Basta olhar a história dos homens públicos de nosso estado, que sempre deram exemplo de serenidade, tenacidade, capacidade de articulação e comedimento – ressalta.

O político, que foi adversário de Tancredo Neves nas eleições pelo governo de Minas em 1982, apresentou-se ao eleitorado mineiro nas últimas eleições como aliado e porta-voz, no Senado, de Aécio Neves (PSDB), reeleito governador do estado e neto de Tancredo.

Diógenis Santos/Câmara dos Deputados

Eliseu Resende ressalta a importância de Minas Gerais no contexto nacional

Ele atribui seu sucesso na campanha, em primeiro lugar, ao "apoio incondicional do governador Aécio", mas também destaca sua vida, seu trabalho e suas realizações como homem público, apresentadas e aprovadas pela população de Minas Gerais.

– São mais de 40 anos de vida pública e realizações – lembrou.

Eliseu Resende tem experiência no Executivo, ocupando os cargos de ministro dos Transportes (1979-1982) e da Fazenda (1993). Foi presidente da Eletrobrás e de Furnas Centrais Elétricas e atuou no então Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Dner). No Legislativo, exerceu três mandatos como deputado federal.

Roriz aposta na distribuição de renda como forma de reduzir a migração

No Senado Federal, Joaquim Roriz (PMDB-DF) pretende dedicar-se especialmente à defesa de uma ampla reforma tributária, que garanta uma justa distribuição de renda para todo o Brasil. Em entrevista à Agência Senado, Roriz, que se desincompatibilizou como governador do Distrito Federal para concorrer ao Senado, afirmou que a mudança na cobrança de impostos é o caminho para o desenvolvimento do Brasil e, ao mesmo tempo, para a proteção de Brasília do "processo migratório violento" que a cidade enfrenta.

– Se houver uma reforma tributária justa que garanta uma distribuição de renda equilibrada para todos os municípios, haverá emprego, escolas, saúde e segurança em todas cidades, reduzindo o processo imigratório para Brasília e suas cidades – garantiu o senador eleito com 657.217 votos, o que representou 51,83% dos votos válidos de todo o Distrito Federal.

Na opinião de Roriz, no entanto, essa reforma tributária só será realmente satisfatória se atender a três pontos básicos: a simplificação de impostos "com o mínimo possível de rubricas"; o combate rigoroso à sonegação; e uma distribuição justa e ampla de renda em todo o Brasil.

J. Freitas

Partilha equilibrada da arrecadação beneficiará todo o país, observa Roriz

Suplicy reafirma compromisso de apoiar o povo "em todos os lugares"

Para o senador reeleito por São Paulo, Eduardo Suplicy (PT), representar o povo significa muito mais do que defender projetos de lei que possam gerar benefícios para a coletividade.

– Ser senador é representar o povo e expressar seus sentimentos nas horas de angústia, de aflição, de indignação, de alegria, de felicidade, em todos os lugares onde eu estiver, em qualquer situação – ressaltou.

Como representante do povo, conta Suplicy, ele é diariamente procurado por diversas pessoas, que pedem sua ajuda para resolver as mais diferentes situações. Recentemente, uma senhora que teve os filhos levados pelo pai para o Paraguai o procurou e ele a apresentou ao presidente daquele país num encontro de cúpula, o que agilizou o processo de recuperação das crianças.

Esse tipo de atitude garantiu a ele quase 9 milhões de votos (48% dos votos válidos) nas eleições do último domingo.

No Senado desde 1991, Suplicy acredita que sua grande conquista nesses 16 anos foi a aprovação do projeto que instituiu a renda básica incondicional ou a Renda de Cidadania. O projeto foi sancionado na forma da Lei 10.835/04.

Roosewelt Pinheiro

Reeleito por São Paulo, Suplicy diz que seu papel vai além de defender projetos

– Diz a lei que a Renda Básica de Cidadania, uma renda na medida do possível suficiente para atender às necessidades vitais de cada um, será estendida a todas as pessoas, não importa sua origem, raça, idade, sexo, condição civil ou mesmo socioeconômica. Será implementada de maneira gradual, por etapas, começando pelos mais necessitados, até que todos venham a tê-la – explicou.

Renato Casagrande dará ênfase à reforma tributária

O senador eleito Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou, em entrevista à Agência Senado, que pretende lutar pela reforma tributária e pela reforma política. Para o estado do Espírito Santo, Casagrande prometeu defender a ampliação dos investimentos em infra-estrutura – principalmente ferrovia e rodovia – e o projeto de ampliação do Porto na Barra do Riacho, no município de Aracruz.

José Cruz

Combate à corrupção também é destacado por Renato Casagrande

– O setor produtivo nacional reivindica a simplificação e a redução da carga tributária e esse é também meu objetivo no Senado – disse. Na opinião de Casagrande, outras questões de interesse nacional, como a reforma política e o combate à corrupção, farão parte da sua pauta no Senado.

Os investimentos na área penitenciária no Espírito Santo são questões estaduais de interesse nacional, declarou. Projetos específicos para o desenvolvimento da infra-estrutura estadual de transportes, como a duplicação do trecho da BR-101 no Espírito Santo, também foram citados como prioridades no exercício de seu mandato.

Geraldo Magela

Renan lembra que 15 medidas provisórias e projeto do Supersimples esperam deliberação

Renan quer votações no período de campanha do segundo turno

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que vai continuar buscando acordo entre as lideranças partidárias para viabilizar votações, mesmo durante o período que antecede o segundo turno das eleições para presidente da República e para governador em alguns estados.

Renan destacou que busca um consenso com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para também tornar possível alguma sessão do Congresso durante esse período.

Reiterando sua posição contrária ao grande número de edições de medidas provisórias (MPs), Renan lembrou que 15 delas esperam análise da Casa, com prazo de validade próximo de expirar. MPs são editadas pelo presidente da República e têm força de lei a partir da data de sua publicação; caso não sejam aprovadas pelo Congresso em 120 dias, elas perdem a validade jurídica.

– Medidas provisórias minimizam o papel do Congresso – observou.

Sobre o Supersimples – como está sendo chamado o projeto do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06) –, Renan disse que já há consenso na Casa sobre a importância da celeridade da aprovação da proposta. Ele ressaltou, no entanto, que há discordância entre os senadores em relação a alguns pontos do projeto que ainda precisam de mais discussão. Mesmo assim, a seu ver, a matéria não deve demorar a ir a votação em Plenário. Por se tratar de um projeto de lei complementar, o quórum exigido para a aprovação é de maioria absoluta: 41 senadores.

Posse

O presidente do Senado fez parte, ontem, da Mesa que deu posse ao ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A cerimônia foi conduzida pelo presidente do tribunal, Marco Aurélio Mello.

Bancos oficiais que repassam recursos podem ser obrigados a colocar na internet nomes, endereços e CNPJ de quem recebe dinheiro repassado a estados, municípios e entidades

Comissão propõe maior controle sobre beneficiário de convênios

Os beneficiários de recursos de convênios feitos pelo governo federal com estados, prefeituras e entidades privadas podem passar a ter nome, registro no CNPJ e o endereço registrados em base informatizada de prestação de contas acessível pela internet. Além disso, a obrigação de alimentar a base pode ficar com os próprios bancos oficiais repassadores dos recursos, como propõe o Comitê de Avaliação e Fiscalização da Execução Orçamentária da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A proposta faz parte de conjunto de sugestões para aperfeiçoar o controle sobre os gastos federais examinadas ontem pelo comitê. Na próxima terça-feira, às 14h, elas serão apreciadas pelo colégio de representantes partidários na CMO. As idéias aprovadas vão fazer parte de adendo a ser incorporado ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. Na reunião do comitê, consultores do Senado e da Câmara detalharam as medidas para o relator do comitê e o presidente da CMO, os deputados Colbert Martins (PPS-BA) e Gilmar Machado (PT-MG). O documento inclui também propostas aprovadas no relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas, como a exigência de que nas emendas parlamentares já apareçam nome, endereço e o CNPJ das entidades privadas beneficiadas com recursos.

José Cruz

CMO avalia mecanismo para impedir que ONGs recebam auxílio para investimentos

– Queremos exercer o controle sobre as formas de uso dos recursos públicos federais, o que é uma obrigação constitucional da CMO. A verdade é que não vínhamos controlando nada – afirmou Colbert.

Do documento examinado consta ainda mecanismo para impedir que ONGs e associações recebam, por meio de emendas, recursos a título de auxílio. Outra medida estudada destina-se a obrigar o governo a oferecer mais detalhes sobre dotações orçamentárias que sejam atingidas por decretos de contingenciamento.

Parte da reunião foi dedicada ao exame de um modelo viável para a futura base de dados informatizada, que deverá trazer ainda data e valor dos convênios, além das liberações feitas. Atualmente, como informaram os consultores, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal concentram a execução dos repasses de recursos de convênios para estados e municípios.

Senado promove evento para comemorar o Dia das Crianças

Para comemorar o Dia das Crianças, a Secretaria de Relações Públicas do Senado promoverá o evento "Eu *Sen*adoro o Dia das Crianças", reservado aos filhos dos funcionários da Casa. Brincadeiras, peças de teatro e um *tour* pelo Senado e pela Câmara são algumas das atividades previstas. O evento será realizado na segunda-feira seguinte ao feriado, com duas opções de horário. Pela manhã, a programação começa às 10h; à tarde, as mesmas atividades têm início às 15h.

Os interessados em participar da promoção poderão se inscrever até a próxima terça-feira. Para participar do evento, as crianças de três a seis anos deverão estar acompanhadas pelos pais. Já as que tenham sete anos ou mais poderão ficar sozinhas, desde que apresentem termo de autorização assinado pelo responsável. Esse documento será fornecido pelos organizadores do evento aos responsáveis pelos menores.

O encontro começa com a apresentação da peça de teatro *Senadinho*, criada especialmente para explicar, de forma simples e lúdica, as atividades do Senado e dos senadores. Depois as crianças serão levadas pelos monitores para visitar as instalações das duas Casas do Congresso Nacional. Para finalizar a programação, cada pai ou mãe buscará seu filho no Salão Negro e o levará para conhecer seu local de trabalho.

Gilmar ainda vê dificuldade para votação da LDO

A regra sobre a execução orçamentária em caso de atraso na votação do Orçamento de 2007 permanece entre as divergências que dificultam a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Plenário do Congresso. A constatação foi feita ontem pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG).

A LDO fixa regras e parâmetros para a elaboração e execução do Orçamento e define que gastos o governo pode fazer se o exercício orçamentário tiver início sem que o Orçamento do ano esteja aprovado. No texto acatado na CMO, podiam ser liberados gastos classificados como investimentos – como construção de prédios e estradas ou compra de equipamentos permanentes – desde que os projetos já tivessem sido iniciados. Em Plenário, no entanto, o mecanismo esbarrou na resistência da oposição, que cobra retorno da regra anterior: se o ano começar sem Orçamento, podem ser liberadas, enquanto a lei não é aprovada, apenas despesas correntes. Ou seja, aquelas referentes à manutenção das ações da máquina pública, como gastos de pessoal e serviços permanentes – na base de um duodécimo (1/12 avos), a cada mês, da dotação total prevista para o ano.

Gilmar Machado adiantou que já está prevista uma sessão do Congresso para terça-feira à noite, mas observou que não se pode ainda assegurar se o projeto da LDO estará na pauta. Outro ponto – também controverso, lembrou – diz respeito à regra que já consta do texto, obrigando que em 2007 seja feito um corte nas despesas correntes de 0,1% do produto interno bruto (PIB) em relação ao ano passado.

A regra de corte, se mantida, vai obrigar a realização de uma redução profunda nesse tipo de despesa no Orçamento de 2007, que chegou ao Congresso em agosto – contrariando a norma –, antes de a LDO estar aprovada, o que resultou na elaboração da peça orçamentária, pelo Executivo, com parâmetros ainda não fixados em lei própria. Agora, uma hipótese é aproveitar a votação da LDO no Plenário para inserir mecanismo que reduza ou elimine a obrigação do corte.

– Sem isso, não será possível aumentar o salário mínimo além do que já está previsto [R$ 375] e os servidores ficarão sem reajuste do jeito que queriam negociar – observou Gilmar.

Crítico da capacidade de trabalho da Infraero e da Anac, senador defende comissão para examinar o estado do sistema aeroviário brasileiro

Almeida Lima quer investigar condições da aviação nacional

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) defendeu em Plenário, ontem, a instalação de uma comissão no Senado para investigar as condições de funcionamento do sistema aeroviário brasileiro. Embora o levantamento sobre as causas do recente acidente com avião da Gol – que resultou na morte de 155 pessoas – não tenha sido concluído, o peemedebista avalia que os órgãos do setor não estão devidamente preparados para enfrentar os desdobramentos de um episódio dessas proporções.

Roosewelt Pinheiro

Almeida Lima lembra ter feito críticas ao sistema no auge da crise da Varig

Almeida Lima lembrou que suas primeiras críticas ao sistema aeroviário foram feitas em julho passado, quando a crise da Varig atingia uma das fases mais agudas. Na época, o senador chamava atenção para a falta de capacidade operacional dos aeroportos e das empresas aéreas, situação que acarretaria um risco muito grande aos passageiros brasileiros e estrangeiros.

– Cheguei a comentar, nessa época, que a Infraero e a Anac [Agência Nacional de Aviação Civil] não estavam capacitadas para dirigir e fiscalizar esses serviços – observou.

Em aparte, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) lembrou a preocupação de familiares das vítimas do acidente da Gol com o ritmo da investigação e a expectativa deles quanto à explicação sobre os motivos do desastre.

Em seu discurso, Almeida Lima também apoiou a instalação, após as eleições, de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a aplicação de verbas federais repassadas a organizações não-governamentais.

Solidariedade às famílias de vítimas do acidente da Gol

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prestou ontem solidariedade às famílias das vítimas do acidente aéreo ocorrido na última sexta-feira, com a colisão entre um Boeing 737-800 da Gol – que voava entre Manaus e Rio de Janeiro, com escala em Brasília – e um jato Legacy, que acabou pousando na base aérea da Serra do Cachimbo (PA).

Renan disse que, dentro da competência do Congresso, mobilizará todas as forças políticas necessárias para que as reais causas do acidente sejam esclarecidas o mais rapidamente possível, além de adotar providências em relação aos responsáveis pelo episódio.

– Como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, julgo de extrema importância, neste momento, prestar minha particular solidariedade às famílias das vítimas do terrível acidente aéreo ocorrido na semana passada. O Senado, num instante de extrema dor das famílias, vem, publicamente, repudiar qualquer manifestação depreciativa, nacional ou internacional, sobre essa tragédia, porque em nada ajuda no esclarecimento dos fatos; ao contrário, pode favorecer a impunidade – afirmou Renan.

Paraíba poderá explorar petróleo, celebra Cavalcanti

Em pronunciamento feito ontem, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a "sensibilidade política" de incluir o estado da Paraíba entre aqueles que terão a oportunidade de explorar petróleo nas bacias Paraíba-Pernambuco e do rio do Peixe, esta última localizada próxima à cidade de Souza.

– A Paraíba deve ao presidente Lula essa decisão estratégica de possibilitar a prospecção e exploração de petróleo no estado – disse o parlamentar.

Roosewelt Pinheiro

Roberto Cavalcanti agradece presidente Lula por sua "sensibilidade política"

Roberto Cavalcanti resumiu a longa negociação para obter a inclusão do estado no rol daqueles com viabilidade econômica para explorar petróleo, dificultada por fatores técnicos e burocráticos.

O representante da Paraíba explicou que as tratativas envolveram, primeiro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), depois, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, para só agora o presidente Lula dar o seu aval.

Humberto Lucena

Roberto Cavalcanti lembrou ainda os 18 anos da promulgação da Constituição de 1988 para homenagear o ex-senador e ex-presidente do Senado, por duas vezes, Humberto Lucena, morto em 1998. Ele destacou aquelas que considera as duas principais contribuições de Lucena à Constituição, que são a instituição do regime presidencialista com mandato de cinco anos e o acesso ao serviço público por meio de concurso.

O senador qualificou Humberto Lucena como "articulador, conciliador e agregador", acrescentando que Lucena é "a cara do PMDB da Paraíba".

Documentário mostra 180 anos de história do Senado no Brasil

A TV Senado exibe, neste fim de semana, o documentário *180 Anos do Senado*, que faz uma viagem pela história do Brasil a partir da criação do Senado. O programa será dividido em três partes. A primeira mostra a criação do Senado no Brasil e os senadores vitalícios no Império. O período da Regência e a maioridade de Pedro II; as guerras internas e a Guerra do Paraguai; a Abolição da Escravatura e a proclamação da República são fatos tratados também no programa, que tem direção e roteiro do jornalista César Mendes.

O programa vai ao ar hoje, às 22h45; amanhã, às 16h e 21h30; e domingo, às 22h30.

Também estréia neste fim de semana a série *Samba de Breque e Outras Bossas*, dentro do Espaço Cultural da TV Senado. O primeiro de quatro programas será exibido amanhã, às 24h, com reprise no domingo, às 14h30, reunindo Jards Macalé e Pedro Luís no espetáculo *A arte de Kid Morengueira*, com grandes sucessos do sambista.

A série resgata o estilo musical que surgiu numa noite de abril de 1936, quando o mais malandro entre os malandros do samba, Moreira da Silva, inovou durante apresentação no Cine-Teatro Méier, no Rio de Janeiro. Durante o show, Kid Morengueira, como era conhecido, resolveu improvisar versos durante uma música e encantou o público. A partir desse episódio, o sambista passou a repetir o improviso, parando a música para dar seu recado.

Para saber mais a respeito da programação da TV Senado, acesse *www.senado.gov.br/tv*.

Márcia Kalume

Servidores pedem a Wellington Salgado (*2º à dir.*) apoio para aumento salarial da categoria

Presidente da Comissão de Educação recebe visita de servidores do MEC

O presidente da Comissão de Educação (CE), Wellington Salgado (PMDB-MG), recebeu ontem visita de um grupo de servidores do Ministério da Educação (MEC) e de instituições vinculadas, como a Biblioteca Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os servidores vieram ao Senado pedir apoio para a aprovação de uma proposta de aumento salarial da categoria, que se encontra parada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Após dialogar com os representantes dos servidores, Wellington Salgado se comprometeu a enviar ofício ao ministério solicitando explicações sobre as razões do não encaminhamento do projeto à Casa Civil e ao Congresso Nacional.

O senador também assumiu o compromisso de encaminhar abaixo-assinado apresentado pelos servidores ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; à ministra da Casa Civil, Dilma Rousself; ao ministro da Fazenda, Guido Mantega; e ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

Durante a reunião, o representante da Fundação Nacional de Arte (Funarte), Júlio Guedes, reclamou do Ministério do Planejamento o descumprimento de acordo – firmado após uma greve de cem dias da categoria ocorrida em 2005 – para implementação de um plano especial de cargos. Ele disse que uma das principais reivindicações dos servidores é a equiparação salarial com servidores da Casa Rui Barbosa, que tiveram suas funções consideradas como carreiras de Estado durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.